

SÃO PAULO METRÓPOLE E COLÔNIA: PLANEJAMENTO URBANO, SEGREGAÇÃO RACIAL E ESPAÇO RACIALIZADO

SÃO PAULO METROPOLIS AND COLONY: URBAN PLANNING, RACIAL SEGREGATION AND RACIALIZED SPACE

CLARA BARZAGHI, FLAVIO ANTONIO D'UGO BRAGAIA

RESUMO

Este artigo procura aproximar a disciplina do planejamento urbano e postulações de teóricos como Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Csaba Deák, Sueli Schiffer, Michel Foucault e Achille Mbembe que, a partir de diferentes pontos de partida, caminham para a ideia de que o espaço urbano do século XX é resultado de relações de poder racializadas. Para tanto, recupera brevemente a história de São Paulo sob a ótica das relações econômicas, elabora um diagnóstico da atual segregação socioespacial na cidade e coloca esses elementos em uma perspectiva política e filosófica a partir da qual é possível pensar na cidade como tecnologia de controle de corpos fundada, por sua vez, por uma lógica colonizadora. Dessa forma, o presente artigo se insere em uma frente de trabalho do planejamento urbano que, levando em consideração os aspectos políticos e econômicos do presente e do passado que levaram à desigualdade econômica suas diversas expressões no território, examina a cidade sob a ótica da segregação racial, entendida como fundamental para a perpetuação de práticas colonialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica. Necropolítica. Sociedade racializada. Territorialização. Urbanismo.

ABSTRACT

This paper seeks to shorten the distance between the discipline of urban planning and the postulations of theorists such as Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Csaba Deák, Sueli Schiffer, Michel Foucault and Achille Mbembe who, from different starting points, move towards the idea that the urban space of the XX century is the result of racial power relations. To this end, it briefly recovers the history of São Paulo from the perspective of economic relations and elaborates a diagnosis of the current socio-spatial segregation in the city and places such elements in a political and philosophical perspective from which it is possible to think the city as technology of body control further originating in a colonizing logic. Thus, the present article is part of a front of urban planning that, taking into account the political and economic aspects of the present and the past that have led to economic inequality and its various expressions in the territory, examines the city from the perspective of racial segregation, to be understood as fundamental for the perpetuation of colonialist practices.

KEYWORDS: Biopolitics. Necropolitics. Racialized society. Territorialization. Urbanism.

INTRODUÇÃO

DE ACORDO COM Santos *et al.* (2014) e Coelho e Cunha (2020), o termo “desenvolvimento”, advindo do campo das Ciências Biológicas, foi empregado pela primeira vez no sentido de “desenvolvimento econômico”, como parte de um programa de governo, em 1949, no discurso de posse do presidente estadunidense Harry Truman. É parte fundamental desse conceito a ideia de que o desenvolvimento econômico por si só poderia resolver problemas como pobreza e injustiça social. Os chamados “indicadores de desenvolvimento” se apresentam como universais, mas foram construídos a partir de uma perspectiva determinada: a perspectiva do homem branco rico que se torna referência daquilo que deve ou não ser levado em conta no momento de avaliar o “grau de desenvolvimento” de um país ou região. Ou seja, ser um país desenvolvido significa ser um país no qual a vida ideal do homem branco rico, tanto no nível material quanto no nível subjetivo, pode ser plenamente reproduzida.

Por outro lado, o próprio contexto urbano, particularmente o metropolitano, também constrói a partir do discurso do desenvolvimento seu inimigo interno, ou seja, sua face do ‘subdesenvolvimento’. As favelas e seus habitantes racializados são essa ‘ameaça de subdesenvolvimento’, como pontua Jaime Amparo, para quem as políticas da morte são a outra face da política urbana. Há uma complexa interseção entre estética (autoconstrução), formas de vida (‘ruralidade’ na cidade), e corpos (racializados), que desenha o contorno do permitido e do proibido em prol do ‘desenvolvimento urbano’. Porém, para compreender de que forma o discurso desenvolvimentista é positivamente avaliado e a espoliação de territórios com o genocídio de povos é naturalizada, precisamos falar da mais potente ferramenta do capitalismo/colonialismo: o racismo.

[...]

O controle do território, nesse sentido, atendia/atende a dois objetivos, manter a cidade ‘branca’ da civilidade e modernidade, gerida pela ‘técnica’ do planejamento, e controlar esse mesmo espaço da contaminação dos sujeitos ‘contagiosos’ em sua incivilidade.

[...]

Os povos indígenas, nessa perspectiva, foram excluídos da cena urbana, confinados a um lugar distante e idílico. A invisibilidade dos indígenas na cidade, ou mesmo nos contextos regionais sudeste-sul, também os inserem na política da morte, entre genocídio e etnocídio (COELHO; CUNHA, 2020, p. 545).

A passagem acima mostra que, em geral, os parâmetros utilizados na América e na Europa para construir e medir a qualidade das cidades (da América, Europa e do resto do mundo) são estruturalmente racistas. A partir dessa constatação, diversas pesquisas vêm sendo desenvolvidas sobre cidades brasileiras e segregação racial, com singular intensidade nos últimos anos, apesar de não serem novos os instrumentos que permitem analisar o espaço construído sob a ótica da segregação econômica e socioespacial – instrumentos esses que,

nas décadas passadas, foram os preferidos no campo do planejamento urbano –, e que permitem também, em paralelo, dar contornos às práticas coloniais contemporâneas e à própria branquitude, não como referência universal, mas como marca. Essas pesquisas que recentemente vêm se intensificando – em meio às quais este artigo se insere –, propõem reelaborar a bibliografia do planejamento urbano e ler Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez e Achille Mbembe, entre outros autores, como fundamentais para o entendimento das cidades de hoje, e não mais apenas como leituras paralelas, complementares, pertencentes a outro campo do conhecimento.

A partir dessa perspectiva e tomando o município de São Paulo como estudo de caso, procura-se entender o conceito de biopolítica como algo que diz respeito diretamente ao modo como cidades são planejadas e construídas. Metodologicamente, os próximos parágrafos representam o encontro de diferentes frentes de trabalho. Primeiro, procurou-se na literatura do planejamento urbano elementos que permitissem traçar um panorama político e socioeconômico da conformação da Região Metropolitana de São Paulo. Em seguida, dados disponibilizados pela Prefeitura do município de São Paulo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Rede Nossa São Paulo foram sistematizados e transformados em mapas que, juntos, permitem aprofundar a compreensão dos efeitos na atual organização socioespacial do território e da sua história política e econômica – ou seja, procurou-se entender, na prática, os resultados dos processos históricos de conformação da Região Metropolitana de São Paulo. Enfim, do campo da filosofia são trazidos conceitos que, para o planejamento urbano, conduzem a novas narrativas, sobretudo a partir da ideia de que raça é elemento fundamental da atual organização de uma grande cidade brasileira.

Com isso, pretende-se contribuir com os esforços no sentido de fazer com que esses conceitos façam parte do campo do planejamento urbano e com a construção de uma prática de planejamento urbano atenta a outras diferentes realidades que são, ao mesmo tempo, causa e consequência do espaço construído.

A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E SUA FORMAÇÃO

A Região Metropolitana de São Paulo é composta por 39 municípios, nos quais residem mais de 20 milhões de habitantes. De acordo com o Censo Demográfico 2010, cerca de 11,5 milhões de pessoas residem em São Paulo, das quais 1,3 milhão de pessoas moram nos aglomerados subnormais do município, caracterizados pelo IBGE como ocupações irregulares de propriedade alheia para fins de habitação, normalmente desprovidas de serviços públicos essenciais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

A Serra do Mar e as represas Guarapiranga e Billings, ao sul, e a Serra da Mantiqueira, ao norte, são grandes elementos geomorfológicos que, de acordo com Deák e Schiffer (1999, 2007), induziram a expansão da mancha

urbana predominantemente nas direções leste e oeste. A cidade permaneceu como uma vila com menos de 15 mil habitantes até 1850, quando o tráfico de escravos foi suspenso e a Lei de Terras (Lei nº601, de 18 de setembro de 1850) foi promulgada. Em meio ao processo de substituição da mão-de-obra negra escravizada pelos trabalhadores brancos livres, essa lei barrava o acesso de ex-escravizados e seus descendentes às terras. De acordo com Abdias Nascimento, logo após a abolição da escravatura entra em ação uma série de políticas de embranquecimento da população.

Em várias oportunidades no período de 1921 a 1923, a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis nas quais se proibia qualquer entrada no Brasil 'de indivíduos humanos de raças de cor preta'. Quase no fim do seu governo ditatorial, Getúlio Vargas assinou em 18 de setembro de 1945, o Decreto-Lei nº 7967, regulando a entrada de imigrantes de acordo com 'a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia' (NASCIMENTO, 2016, p. 86).

A produção de café iniciou-se no Rio de Janeiro e, ao longo do século XIX, avançou pelo sudoeste do país, para Minas Gerais e São Paulo, e se manteve como a principal atividade produtiva brasileira até as primeiras décadas do século XX. Em paralelo, construam-se as instituições republicanas que permitiram a continuação do desenvolvimento capitalista no país. Após a crise de 1929 e o fim do ciclo do café, com a necessidade de acompanhar o rápido crescimento do mercado interno com, ao menos, bens de consumo básicos que não mais poderiam ser importados, São Paulo foi o principal polo da industrialização brasileira, assumindo consideráveis proporções (DEÁK; SCHIFFER, 1999, 2007).

Em 1956, Juscelino Kubitschek assume a presidência do Brasil e elabora e implementa seu Plano de Metas que, de acordo com Celso Lafer, foi um esforço político de aplicação de recursos e implantação de valores em um cenário político se não instável, em constante mudança. Esse esforço intensificou o processo de urbanização no Brasil e, conseqüentemente, a ampliação da participação política da população (LAFER, 1997). Entre 1956 e 1960, o aumento da população urbana foi maior que o aumento da população rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001); a população economicamente ativa migrou do setor primário para os setores secundário e terciário e a atividade industrial, ganhava mais complexidade. Tudo isso pode ser atribuído ao Plano de Metas de JK (LOUREIRO, 2012). A esse processo pode-se também relacionar o desequilíbrio nas políticas públicas descrito por autores da época.

A habitação brasileira fica no meio dessas condições, com o seu instituto (IBH). O desenvolvimentismo exigia a industrialização 'à outrance', mas o campo estava esquecido e não é possível imaginar-se que se trabalhe nas cidades sem que a logística agropecuária na retaguarda esteja apta a abastecer os mercados em que a concentração industrial precisa, antes de tudo, de alimentação (FERRAZ, 1962, p. b).

O crescimento da atividade do setor primário não acompanhou o crescimento da população urbana, gerando inflação e crises de abastecimento que, ao longo do período no qual João Goulart foi presidente (1961-1964), agravaram as tensões entre a burguesia industrial e o proletariado urbano, pressionando e, em certa medida, desestabilizando o governo. João Goulart mantinha relações próximas com o movimento sindicalista e, de acordo com Angélica Lovatto, “[...] a movimentação das camadas trabalhadoras do pré-1964 possibilitou um real crescimento da consciência de classe no período e não apenas um conjunto de movimentações de massa guiadas por objetivos alheios à sua perspectiva de classe” (LOVATTO, 2011, p. 198).

Como aponta Felipe Loureiro, por uma série de motivos, no final da década de 1950 e começo da década de 60, o acesso da indústria brasileira ao crédito era bastante limitado e o crescimento do setor se dava com recursos próprios, o que era possível graças à inflação, mas insustentável a longo prazo (LOUREIRO, 2012).

Imediatamente após o golpe militar de 1964, no período de consolidação do regime militar que ficou conhecido como “milagre econômico”, o Brasil passou a incentivar a exportação de bens de baixo valor agregado e financiar medidas expansionistas contraindo dívidas. Em 1973, após o primeiro choque do petróleo, a dívida externa brasileira aumentou significativamente em nome da manutenção das medidas expansionistas adotadas, ao mesmo tempo em que as exportações caíram. O resultado desse processo foi um quadro de estagnação do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, grande aumento da inflação (FISHLOW, 1986; MARQUES, 1991).

No final da década de 1970, o Brasil tinha o sétimo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo com uma indústria diversificada. A participação do Estado de São Paulo na produção industrial nacional, que se concentrava na Região Metropolitana de São Paulo, chegou a mais de 42% do PIB; a “grande São Paulo” passava por um processo de acelerada urbanização (DEÁK; SCHIFFER, 1999, 2007). O segundo choque do petróleo aconteceu em 1979, o que fez com que as exportações brasileiras novamente caíssem significativamente, colocando o país em uma crise econômica que duraria até a década de 1990, marcada por uma série de medidas de austeridade. Assim como acontecia na década de 1960, o mercado de trabalho não absorvia a grande quantidade de pessoas que chegavam à cidade, o que levou à criação de um significativo exército de reserva e ao agravamento do déficit habitacional (COBOS, 1988).

No início dos anos 1980, os investimentos em obras de habitação e saneamento, bem como em obras de infraestrutura urbana, tiveram uma queda abrupta. O processo de redemocratização começa oficialmente em 1985. Em 1988, é promulgada a nova Constituição, mas o processo de consolidação da nova democracia demoraria ainda alguns anos. No governo de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito democraticamente na Nova República, em 1989, as empresas de saneamento entraram em declínio por falta de recursos

financeiros e, mais tarde, por ocasião do acordo do governo federal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998, foram orientadas para a privatização (MARICATO, 2011). Nas lacunas deixadas pelo Estado, o mercado passou a dividir espaço com grupos organizados da iniciativa privada como conselhos, consórcios, associações e Organizações Não Governamentais (JARAMILLO, 1986).

A partir de 1984, em meio aos processos de redemocratização e trocas de moeda, e com a recuperação da economia mundial e o conseqüente aumento das exportações brasileiras, o PIB volta a crescer, mas não de maneira significativa. A inflação seguia em alta e em 1990 atingiu patamares considerados de hiperinflação. Em meio aos esforços para conter a crise, a equipe econômica de Collor opta por uma medida conhecida como “confisco da poupança”. A medida foi um dos estopins do processo de impeachment do presidente, que renunciou ao cargo em 1992. O cargo foi ocupado pelo vice-presidente Itamar Franco até 1994. A variação de preços no país fica mais estável apenas a partir de 1995, com a implantação do Plano Real, de caráter neoliberal, pela equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente no ano anterior, iniciando um período de relativa estabilidade econômica e política no Brasil.

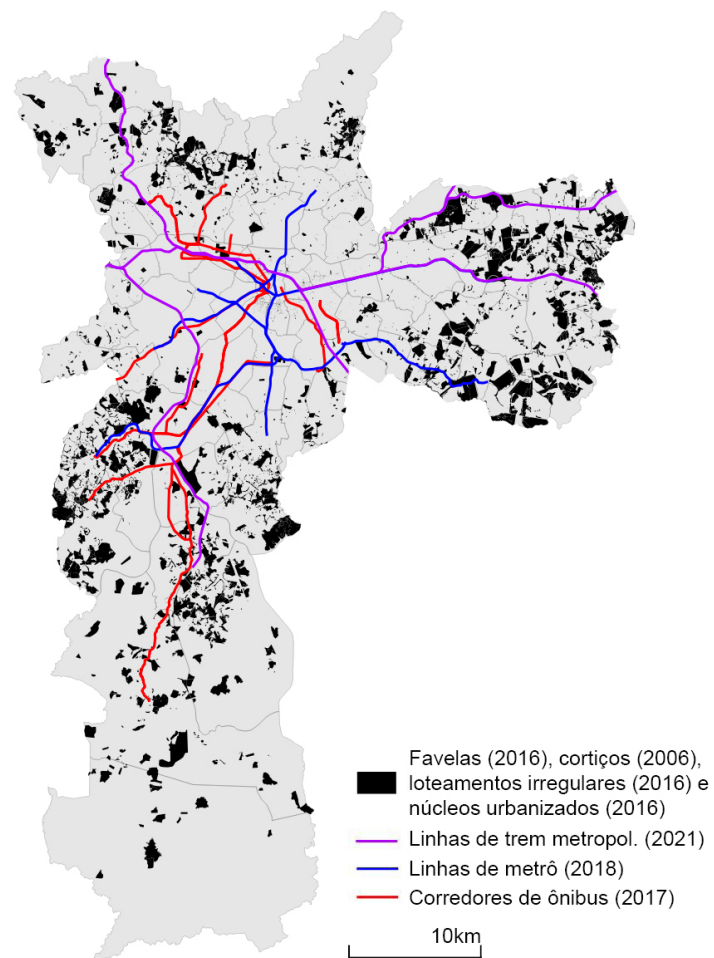
A nova Constituição foi construída em meio a uma série de importantes embates entre correntes neoliberais, influenciadas pelo desmonte do estado de bem-estar-social que vigorava na Europa e nos Estados Unidos, e correntes à esquerda que conseguiram tensionar o “desenvolvimento econômico” e garantir alguns elementos de um sistema de proteção social, como o Sistema Único de Saúde. O movimento pela reforma urbana conquistou o Capítulo II da Constituição, que trata da política urbana. Contudo, seus únicos dois artigos foram regulamentados apenas em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB), pelo Estatuto da Cidade – projeto de lei de 1988 assinado pelo então senador Pompeu de Sousa (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB). Houve uma mudança significativa no padrão de urbanização paulistano durante os anos 1980, ligada à desaceleração do crescimento demográfico. A taxa de crescimento da população caiu para menos de 3% e esse crescimento estava concentrado, sobretudo, nas periferias (DEÁK; SCHIFFER, 1999, 2007).

Deák e Schiffer (1999, 2007) chamam de “entraves à acumulação” os instrumentos que atuam no processo de produção fazendo com que o excedente produzido seja dividido em duas partes, sendo que uma é reinvestida na produção e outra enviada ao exterior como forma de pagamento de juros ou remessa de lucro. O que de fato é investido na população responsável por essa produção e no território que essa população ocupa é uma parcela muito pequena do excedente. Esse processo está ligado a uma forma de organizar a sociedade que pode ser tomada como subproduto do capitalismo contemporâneo e que, no Brasil, é dado pela continuidade de estruturas coloniais, marcadas pela desigualdade de privilégios que contradizem noções de bem comum e fazem com que a igualdade perante a lei não exista na prática.

Em São Paulo, a diferença de preços dos imóveis, marcada pela concentração de investimentos na região chamada por Flávio Villaça de “quadrante sudoeste”, induzem a segregação espacial por renda familiar. A rede de transportes do município de São Paulo, em praticamente toda sua extensão, é, hoje, operada por concessionárias – empresas privadas às quais é concedido o direito de explorar economicamente um serviço público –, e é orientada para o transporte de trabalhadores entre seus domicílios, nas periferias, para seus postos de trabalho e nas áreas centrais (Figura 1). Destarte, cumpre apenas a função de garantir as condições mínimas para a reprodução do sistema econômico, não configura uma rede articulada com importante papel na organização do território e sujeita uma grande parcela da população a grandes tempos de deslocamento, que retiram os trabalhadores de outras atividades importantes como descanso, lazer, socialização e organização política (TRANI, 1986; DEÁK, 1990).

FIGURA 1 – Habitação e transporte no município de São Paulo.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021), com base em Prefeitura de São Paulo ([201-?]).



CIDADE RACIALIZADA

Passados mais de 130 anos da abolição da escravatura, autores como Rossi (2015) e Souza (2019) ainda levantam a questão: quem são as pessoas que compõem esse imenso exército de reserva? Dados divulgados pelo IBGE e pela administração municipal de São Paulo, muitos dos quais são periodicamente

analisados pela Rede Nossa São Paulo (2019), revelam diferenças significativas entre os distritos centrais e próximos ao centro, onde estão o maior número de empregos formais (Figura 2) e de domicílios com renda considerada alta (Figura 3); e os distritos periféricos, que concentram o maior número de domicílios com renda considerada baixa e de famílias beneficiárias de programas de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família (Figura 4). Na periferia, a densidade dos domicílios e o coeficiente de mortalidade infantil são maiores (Figuras 5 e 6) e a idade média ao morrer é menor (Figura 7). Além disso, enquanto na periferia está a maior parte da população preta e parda do município (Figura 8), o centro tem os maiores índices de violência racial (Figura 9).

Stella Zagatto Paterniani usa o termo “branquidade de Estado” para se referir ao caráter opressor do Estado sobre pessoas negras, materializado em uma série de mecanismos que incluem a violência policial. “A branquidade de Estado nos permite reconhecer como, sistematicamente, a presença negra, os modos de vida negros e os corpos negros, têm sido violentados por políticas de Estado. A isso, Mbembe chama de necropolítica” (PATERNIANI, 2019, p. 105). Se colonialismo pode ser definido como o processo de estruturação do sistema capitalista que parte da hierarquização de seres humanos, por sua vez fundamentada pela ideia de raça, não é equivocado, portanto, dizer que

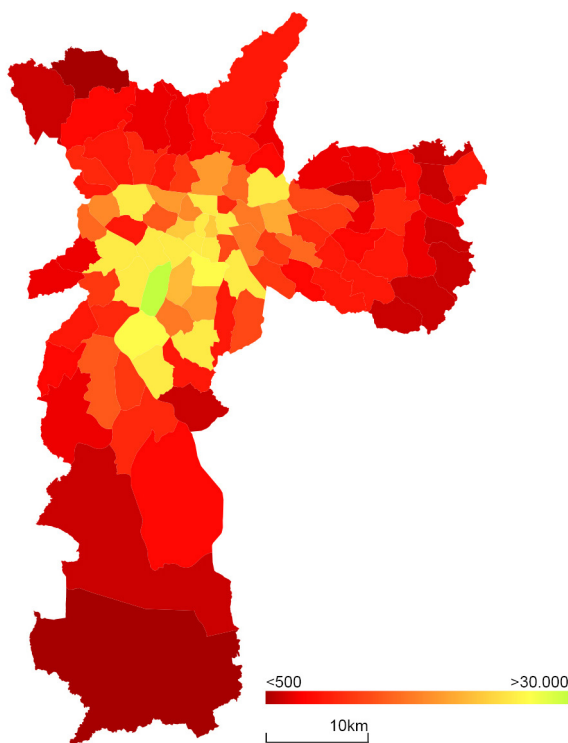


FIGURA 2 – Número de empregos formais nos setores do comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil segundo distritos do município de São Paulo (ano base: 2010).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020), com base em Prefeitura de São Paulo ([201-?], c2017a).

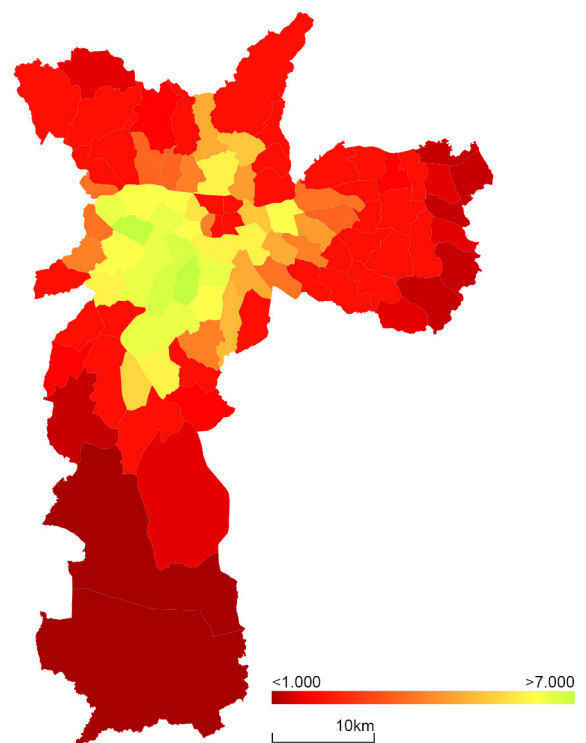


FIGURA 3 – Valor do rendimento nominal mediano mensal total dos domicílios particulares permanentes, em reais, por distrito do município de São Paulo (ano base: 2010).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020), com base em Prefeitura de São Paulo ([201-?]) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

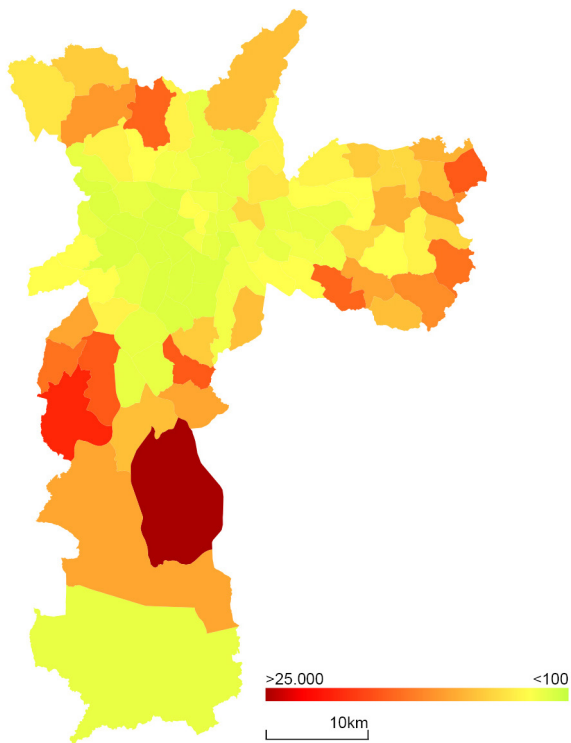


FIGURA 4 – Número de famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda Bolsa Família, Renda Cidadã e Renda Mínima por distrito do município de São Paulo (ano base: 2018).

Fonte: Elaborado pelos autores (2020), com base em Prefeitura de São Paulo ([201-?], c2017b).

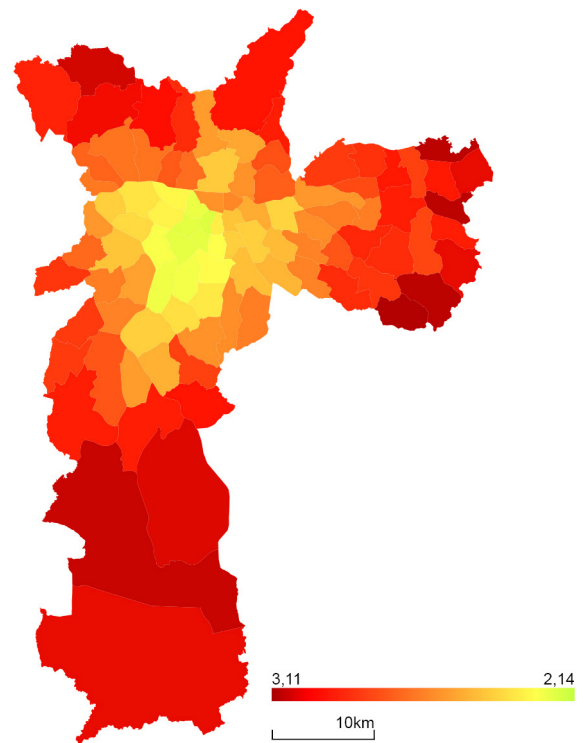


FIGURA 5 – Média de moradores em domicílios particulares permanentes por distrito do município de São Paulo (ano base: 2010).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020), com base em Brasil (c2008), Prefeitura de São Paulo ([201-?]) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

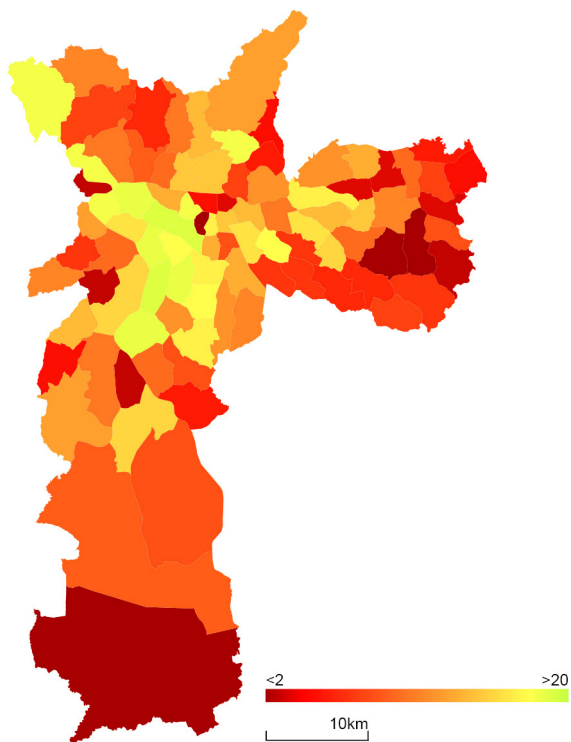


FIGURA 6 – Coeficiente de mortalidade infantil (número de óbitos com menos de um ano de idade a cada mil nascidos vivos) por distrito do município de São Paulo (ano base: 2018).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020), com base em Brasil (c2008) e Prefeitura de São Paulo ([201-?], c2017c).

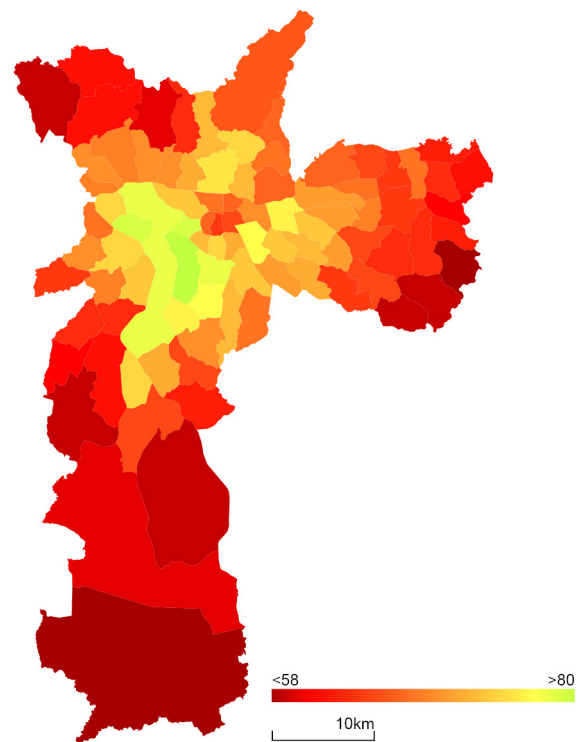


FIGURA 7 – Idade média ao morrer por distrito do município de São Paulo (ano base: 2019).

Fonte: Elaborado pelos autores (2020), com base em Prefeitura de São Paulo ([201-?]) e Rede Nossa São Paulo (2019).

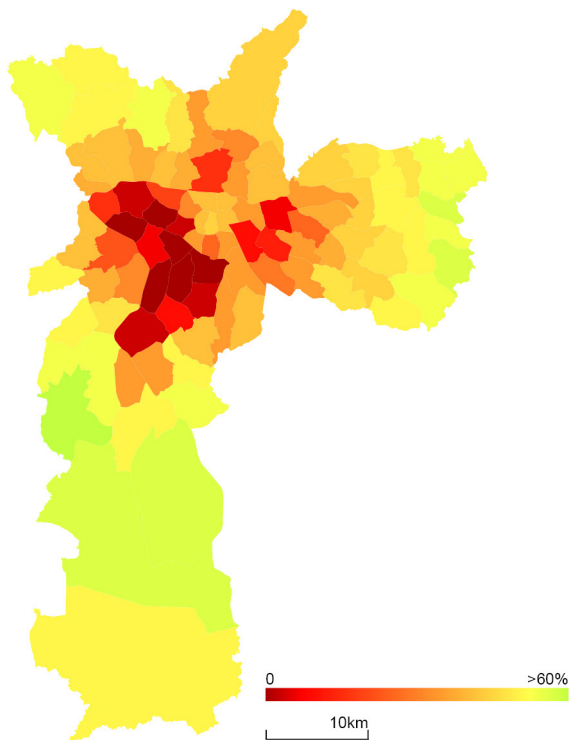


FIGURA 8 – Porcentagem da população preta e parda por distrito do município de São Paulo (ano base: 2010).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020), com base em Prefeitura de São Paulo ([201-?]) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

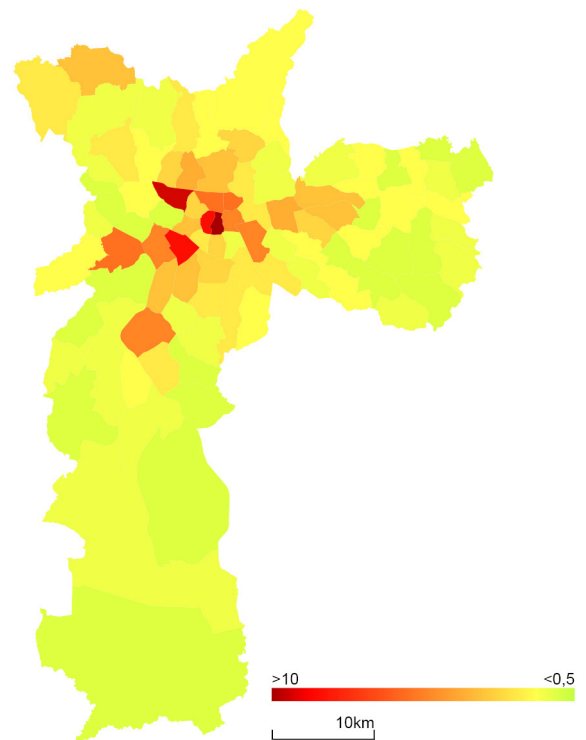


FIGURA 9 – Ocorrências de injúria racial e racismo a cada 10 mil habitantes por distrito do município de São Paulo.

Fonte: Elaborada pelos autores (2020), com base em Prefeitura de São Paulo ([201-?]) e Rede Nossa São Paulo (2019).

a segregação espacial que se observa nas grandes cidades brasileiras como São Paulo é guiada não apenas pela renda, mas também pela raça; a população negra, no Brasil, está sujeita a um projeto que Abdias Nascimento caracterizou, já na década de 1970, como genocida – “Genocídio do negro brasileiro” foi publicado pela primeira vez em 1978.

Contemporânea de Abdias Nascimento, Lélia Gonzales igualmente escreve sobre a farsa da “democracia racial”. Para ela, a maneira como a ação do racismo como tecnologia de dominação é negada no Brasil, é sintoma de uma profunda neurose cultural que até os dias de hoje procura impedir a construção de narrativas não brancas, sobretudo negras.

O que se vê é que há uma forçada coincidência entre a identidade branca e o entendimento de algo que seria “universal”, “natural” e “civilizado”. Autores como Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez mostram que o mito da “democracia racial” e a insistência por parte de diversos intelectuais brancos em negar o papel da raça na constituição da classe servem para negar à população negra qualquer possibilidade de autodefinição e identificação num contexto em que sua condição social é dada justamente por causa da cor de sua pele.

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto:

a reinterpretação da teoria do 'lugar natural' de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominantes e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc., até a polícia formalmente construída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais' dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende o porquê o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Também na década de 1970, Michel Foucault desenvolvia a noção de biopolítica para dar conta de uma série de formas de exercício de poder que se materializam tanto nos espaços como nos corpos daquelas que o autor designou "sociedades de segurança".

Vale destacar as ponderações de Foucault sobre a importância do estudo dos espaços, presentes em seu próprio trabalho historiográfico, uma vez que a abordagem genealógica dos equipamentos coletivos o possibilitou ver as relações que são possíveis entre o poder o saber. A arquitetura e o urbanismo não consistem, segundo o autor, em um campo isolável; misturam-se com outras práticas e discursos. Para Foucault, o espaço é um lugar privilegiado para a compreensão de como o poder opera (FOUCAULT, 1984)¹. Seu interesse pelos espaços e discursos normativos o aproximara de Guattari no Centro de Estudos, Pesquisas e Formação Institucional (Cerfi) e de Deleuze no Grupo de Informação sobre as Prisões (GIP) e, em seus seminários no *Collège de France*, põe em prática a abordagem genealógica, além de desenvolver o conceito de biopolítica. Com "Vigiar e punir" (publicado originalmente em 1975 e traduzido para o português em 1987), o pensamento foucaultiano passa a circular de maneira contundente entre arquitetos e planejadores, dando pistas de que seria preciso:

[...] escrever toda uma história dos espaços que fosse ao mesmo tempo uma história dos poderes, desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, das salas de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas (FOUCAULT, 2009, p. 210, grifo do autor)².

Foucault (1999, p. 132) propõe a noção de biopoder para falar de um poder que se exerce sobre a vida e é “[...] elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo”, pois garante “a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção” e ajusta a população aos processos econômicos.

Definidora dos corpos e espaços modernos, a biopolítica seria, portanto, “[...] a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças” (FOUCAULT, 2008, p. 431). O enfoque no papel da arquitetura e do urbanismo dado por Michel Foucault interessa na medida em que, a partir do momento que a cidade se torna o modo de organização da vida da sociedade e do próprio Estado, a racionalidade governamental se manifesta no território. A população se torna, portanto, um princípio econômico e político fundamental; uma “[...] máquina que pode ser governada através das condições de vida” (CAVALLETTI, 2010, p. 17).

Especialmente a partir do século XIX, a crescente preocupação com a gestão da população levou a um processo de especialização da arquitetura orientado para garantir cidades que respiram livres de endemias. A população passa a ser o fim último do governo, o que faz com que o planejamento urbano possa ser entendido como um exercício de governança biopolítico e, seguindo o pensamento de Cavalletti (2010, p. 258) “[...] o aspecto tanatológico é perfeitamente inerente e inseparável dele. O biopoder funciona segundo a dupla implicação que faz de todo conceito político um conceito espacial, e de todo conceito espacial um conceito político”.

Diante das tecnologias contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, Mbembe (2018b, p. 71) não fala mais de biopolítica, mas de necropolítica, bem como de necropoder, para explicar as “[...] formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de ‘mortos-vivos’”. Em seu ensaio “Necropolítica”, Mbembe retoma as proposições de Foucault em torno do biopoder, apontando como é próprio desse tipo de poder a “[...] divisão entre as pessoas que devem viver e as pessoas que devem morrer” (MBEMBE, 2018b, p. 17). Sua forma de operar mediante categorização da população em grupos racializados é própria da gestão biopolítica; ou seja, a racionalização do biopoder se dá a partir da categoria de raça. Sendo assim, o direito soberano de matar é formulado por Foucault em termos de “racismo de Estado” e a gestão da vida é coextensiva a esse direito, de forma que “[...] os mecanismos de biopoder estão inscritos na forma em que funcionam todos os Estados modernos” (MBEMBE, 2018b, p. 19).

Mbembe (2018b, p. 27) aponta também como, ainda que o Estado nazista possa ser visto como o maior exemplo do poder de morte operando ao longo da história recente, “[...] qualquer relato do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras

manifestações da experimentação biopolítica”. Segundo o autor camaronês, as relações entre vida e morte tendem a se embaralhar no mundo colonial, onde operou o sistema de *plantation*; a escravidão transformou pessoas em mercadoria e a violência perpassa a vida nas colônias. O interesse de Mbembe pelo poder de morte é formulado, então, a partir de sua análise da ocupação colonial, e o autor afirma que soberania pressupõe ocupação – de acordo com doutrinas do Direito atualmente em voga, um Estado é composto por três elementos: um território, um povo e um governo. Mbembe (2018b, p. 39) afirma:

[...] essa inscrição de novas relações espaciais ('territorialização') foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; à subversão dos regimes de propriedade existentes; à classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos e, finalmente, à produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo [...].

As formas coloniais de exercício de poder e extermínio não se extinguem com os processos de independência e as opressões sociais, econômicas, políticas e culturais seguem operando, principalmente a partir da categoria de raça (FANON, 1968; MBEMBE, 2018a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mbembe retoma a leitura de Fanon sobre a cidade do colonizado como espaço construído para pensar na forma como o poder de morte operava na ocupação colonial e recorre aos escritos do arquiteto Eyal Weizman sobre a ocupação contemporânea da Palestina para elaborar formações do terror denominadas por ele “necropoder”. As leituras tanto de Mbembe quanto de Foucault atentam para a importância das formações espaciais na distribuição dos poderes pelo corpo social. Se esse vincula o nascimento da biopolítica à crescente importância das cidades na organização do próprio Estado, aquele aponta como as colônias tiveram sua própria forma de espacializar o poder de morte, bem como as ocupações neocoloniais têm ainda novas formações espaciais de controle dos corpos e dos espaços que não se desvinculam das formas como operam as guerras e governos contemporâneos.

É notável, ainda, que o caso brasileiro de formação das cidades tem uma especificidade em relação às ocupações coloniais na África analisadas tanto por Foucault como por Mbembe, pois “[...] a escravidão atlântica foi o único complexo servil multi-hemisférico que chegou a fazer das pessoas de origem africana mercadorias” (MBEMBE, 2018c, p. 11).

Enquanto Sennett (2003, p. 270) afirma que a cidade moderna europeia, que Foucault associa ao nascimento da biopolítica, tem sua expressão

máxima na Paris de Haussmann “[...] que levou a cabo o maior esquema de redesenvolvimento urbano dos tempos modernos, destruindo boa parte da malha medieval e da Renascença; retas, as novas vias ligavam o centro da cidade aos distritos”, Taylor (2018, p. 322) insiste em destacar as semelhanças entre planejadores urbanos e as forças militares da América Latina, que sabem há muito tempo que o extermínio pode “[...] mudar o sentido e a memória que a sociedade tem de si mesma”.

Em São Paulo, pode-se pensar que o Plano de Avenidas de Prestes Maia, da década de 1930, é a maior manifestação da biopolítica nos moldes da Paris de Haussmann. Porém, até os dias de hoje, no Brasil, as cidades em constante construção são profundamente marcadas pelo colonialismo, escravidão e por seus efeitos nos espaços e nos corpos, nas esferas material e subjetiva.

Na dinâmica de países marcados pela escravidão, a violência institucional é a prática fundadora das sociedades e o racismo é uma de suas manifestações. Aqui, trouxemos alguns autores que podem ajudar a olhar a produção dos aglomerados urbanos e sua lógica racializada que se manifesta de diferentes maneiras nos centros e nas periferias. Considera-se que são contribuições iniciais para uma discussão no campo da arquitetura e urbanismo, que nem sempre se atenta para alguns dos autores e conceitos que este artigo considera.

O conceito de necropoder proposto por Mbembe, ao operar ao lado das proposições foucaultianas em torno da noção de biopolítica, oferece ferramentas necessárias para se pensar a espacialização das relações de poder no território brasileiro. Enquanto isso, autores como Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez oferecem outra narrativa da cidade, não mais controlada pelo homem branco, mas evidenciando a racialização das relações de poder e sua expressão no traçado de cidades como São Paulo.

NOTAS

1. A entrevista de Michel Foucault intitulada “*Space, Knowledge, and Power*” (Espaço, saber e poder) foi publicada na revista *Skyline*, “irmã” da *Oppositions*, do *Institute for Architecture and Urban Studies (IAUS)* (Instituto de Estudos em Arquitetura e Urbanismo), fundado por Peter Eisenman.
2. Vale pontuar que diversos autores recorreram às proposições de Foucault para pensar as mutações geopolíticas frente à pandemia de Covid-19. Se autores como Paul Preciado (PRECIADO, 2020) e Acácio Augusto (AUGUSTO, 2020) retomaram precisamente as passagens sobre a gestão da peste de Vigiar e Punir, o arquiteto Eyal Weizman (WEIZMAN, 2020) destacou a importância dos projetistas de espaços nas formas de policiamento e controle da população ao longo da história.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A. *Guerra e pandemia: produção de um inimigo invisível contra a vida livre*. São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/018>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Dados publicados pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e pelo Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), do Departamento de Informações do SUS (DATASUS)*. Brasília: Ministério da Saúde, c2008. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0607>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CAVALLETTI, A. *Mitologia de la seguridad: La ciudad biopolítica*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2010. p. 17-258.

COBOS, E. P. Crise econômica, política de austeridade e questão urbana na América Latina. *Revista Espaço e Debates*, ano 7, n. 23, p. 31-49, 1988.

COELHO, L. X. P.; CUNHA, I. M. D. Direito à cidade contra o desenvolvimento. *Revista Direito e Práxis*, 2020, v. 11, n. 1, p. 535-561, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48472/32642>. Acesso em: 15 jul. 2020.

DEÁK, C. Elementos de uma política de transportes para São Paulo. *Revista Espaço e Debates*, n. 30, p. 42-55, 1990.

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. São Paulo: the metropolis of an elite society. In: SEGBERS, K.; RAISER, S.; VOLMANN, K. (org.). *The making of global city-regions*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007. p. 85-112.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERRAZ, G. Habitação no Brasil. *Habitat*, ano 12, n. 68, p. b, 1962.

FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 3, p. 507-550, 1986. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1019/958>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FOUCAULT, M. Space, knowledge, and power. In: RABINOW, P. (org.). *The Foucault reader*. New York: Pantheon Books, 1984. p. 239-256.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 132.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 431.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2009. p. 210.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3adS0ob>. Acesso em: 15 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=resultados>. Acesso em: 15 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais: informações territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7552>. Acesso em: 15 mar. 2020.

JARAMILLO, S. Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico. *Revista Espaço e Debate*, ano 6, n. 18, p. 19-39, 1986.

LAFER, C. O planejamento no Brasil. Observações sobre o plano de metas (1956-1961). In: MINDLIN, B. (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 29-50.

LOUREIRO, F. P. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. 2012. 644 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 2 v. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-22082012-105827/publico/2012_FelipePereiraLoureiro_VRev.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

LOVATTO, A. Partidos, sindicatos e movimentos sociais nos anos 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar. *Aurora*, v. 5, n. 1, p. 196-212, 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1714>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. *Revista Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, p. 7-12, 2011.

MARQUES, M. S. B. Inflação e política macroeconômica pós 1º Choque do Petróleo. 1991. 288 f. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13092>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018b. p. 17-71.

MBEMBE, A. *O fardo da raça: entrevistas com Achille Mbembe à Arlette Fargeau e a Catherine Portevin*. São Paulo: n-1 edições, 2018c. p. 11.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 85.

PATERNIANI, S. Z. São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. 2019. 342 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35466>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PRECIADO, P. *Aprendendo do vírus*. São Paulo, n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/007>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Portal GeoSampa*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, [201-?]. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 11 maio 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. São Paulo: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, c2017a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/trabalho/index.php?p=260362. Acesso em: 15 jul. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. *Diagnóstico socioassistencial elaborado pelo Centro de Geoprocessamento e Estatística (CGEO)*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, c2017b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/mapas/index.php?p=2012. Acesso em: 15 abr. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Saúde. *Dados publicados pela Coordenação de Epidemiologia e Informação (CEInfo)*. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, c2017c. Disponível em: <http://tabnet.saude.prefeitura.sp.gov.br/cgi/tabcgi.exe?secretarias/saude/TABNET/minf/mortinf.def>. Acesso em: 15 jul. 2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade 2019*. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ROSSI, M. Mais tempo no ônibus que no trabalho. *El País Brasil*, São Paulo, 23 mar. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/23/politica/1427126376_249449.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito em construção. *DRD: Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 2, n. 1, p. 44–61, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. São Paulo: Editora Record, 2003. p. 270.


SOUZA, F. Como é a rotina dos trabalhadores que passam quase um terço do dia dentro de ônibus, metrô ou trem. *BBC News Brasil*, São Paulo, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46226332>. Acesso em: 15 jul 2020.

TAYLOR, D. Testigo de las ruínas. In: RODRIGUEZ, M. (org.). *Mapa teatro: el escenario*. Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia, 2018. p. 317–330.


TRANI, E. Mobilidade urbana e agravamento das condições de deslocamento domicílio-trabalho na RMSP. *Revista Espaço e Debates*, ano 6, n. 18, p. 46–54, 1986.

WEIZMAN, E. *Vigiar o passado e o futuro através do vírus*. São Paulo: n-1 edições, 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/055>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CLARA BARZAGHI

 <http://orcid.org/0000-0002-5903-4489> | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Tecnologia e Cidade | Campinas, SP, Brasil.

FLAVIO ANTONIO D'UGO BRAGAIA

 <http://orcid.org/0000-0002-6302-016X> | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Tecnologia e Cidade | R. Saturnino de Brito, 224, Cidade Universitária Zeferino Vaz, 13083-889, Campinas, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: F. A. D. BRAGAIA | E-mail: flavioadbragaia@gmail.com

COLABORAÇÃO

C. BARZAGHI e F. A. D. BRAGAIA colaboraram igualmente na concepção, desenho do estudo, análise de dados e redação final.

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

BRAGAIA, F. A. D.; BARZAGHI, C. São Paulo metrópole e colônia: planejamento urbano, segregação racial e espaço racializado. *Oculum Ensaios*, v. 18, e215039, 2021. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v18e2021a5039>

RECEBIDO EM

22/7/2020

REAPRESENTADO EM

15/10/2020

APROVADO EM

2/12/2020